



Licitação: Pregão nº 45/05.

Nº do Processo: Processo Administrativo de Compra nº 112.920.
Data de Assinatura: 07 de dezembro de 2005.

Termo Aditivo ao Contrato nº 6230 entre o Hospital de Clínicas de Porto Alegre e Ledurpharma Com. e Representação de Produtos Médicos Ltda, para prorrogação do prazo de vigência. Continuam válidas as demais cláusulas do Contrato Básico, que não colidirem com as deste Termo.

Licitação: Pregão nº 43/05.

Nº do Processo: Processo Administrativo de Compra nº 112.917.
Data de Assinatura: 07 de dezembro de 2005.

Termo Aditivo ao Contrato nº 6235 entre o Hospital de Clínicas de Porto Alegre e Áster Produtos Médicos Ltda, para prorrogação do prazo de vigência. Continuam válidas as demais cláusulas do Contrato Básico, que não colidirem com as deste Termo.

Licitação: Pregão nº 67/05.

Nº do Processo: Processo Administrativo de Compra nº 113.166.
Data de Assinatura: 12 de dezembro de 2005.

Termo Aditivo ao Contrato nº 6408 entre o Hospital de Clínicas de Porto Alegre e Cirúrgica Fernandes Ltda, para prorrogação do prazo de vigência. Continuam válidas as demais cláusulas do Contrato Básico, que não colidirem com as deste Termo.

Licitação: Pregão nº 154/05.

Nº do Processo: Processo Administrativo de Compra nº 113.406.
Data de Assinatura: 12 de dezembro de 2005.

Termo Aditivo ao Contrato nº 6413 entre o Hospital de Clínicas de Porto Alegre e Cirúrgica Fernandes Ltda, para prorrogação do prazo de vigência. Continuam válidas as demais cláusulas do Contrato Básico, que não colidirem com as deste Termo.

Licitação: Pregão nº 156/05.

Nº do Processo: Processo Administrativo de Compra nº 113.408.
Data de Assinatura: 12 de dezembro de 2005.

Termo Aditivo ao Contrato nº 6414 entre o Hospital de Clínicas de Porto Alegre e Xenon Medical Biosistemas Ltda, para prorrogação do prazo de vigência. Continuam válidas as demais cláusulas do Contrato Básico, que não colidirem com as deste Termo.

Licitação: Pregão nº 156/05.

Nº do Processo: Processo Administrativo de Compra nº 113.408.
Data de Assinatura: 12 de dezembro de 2005.

Termo Aditivo ao Contrato nº 6433 entre o Hospital de Clínicas de Porto Alegre e Saavedra Representações Ltda, para prorrogação do prazo de vigência. Continuam válidas as demais cláusulas do Contrato Básico, que não colidirem com as deste Termo.

Licitação: Pregão nº 159/05.

Nº do Processo: Processo Administrativo de Compra nº 113.411.
Data de Assinatura: 12 de dezembro de 2005.

Termo Aditivo ao Contrato nº 6435 entre o Hospital de Clínicas de Porto Alegre e Bio-Med Produtos Químicos e Hospitalares Ltda, para prorrogação do prazo de vigência. Continuam válidas as demais cláusulas do Contrato Básico, que não colidirem com as deste Termo.

Licitação: Pregão nº 159/05.

Nº do Processo: Processo Administrativo de Compra nº 113.411.
Data de Assinatura: 06 de dezembro de 2005.

Termo Aditivo ao Contrato nº 6236 entre o Hospital de Clínicas de Porto Alegre e Labnews Industrias Químicas Ltda EPP, para prorrogação do prazo de vigência. Continuam válidas as demais cláusulas do Contrato Básico, que não colidirem com as deste Termo.

Licitação: Pregão nº 067/05.

Nº do Processo: Processo Administrativo de Compra nº 113.166.
Data de Assinatura: 12 de dezembro de 2005.

Termo Aditivo ao Contrato nº 6238 entre o Hospital de Clínicas de Porto Alegre e Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda, para prorrogação do prazo de vigência. Continuam válidas as demais cláusulas do Contrato Básico, que não colidirem com as deste Termo.

Licitação: Pregão nº 067/05.

Nº do Processo: Processo Administrativo de Compra nº 113.166.
Data de Assinatura: 12 de dezembro de 2005.

RESULTADOS DE JULGAMENTOS

Licitação: Pregão Eletrônico nº 198/05 .

Nº Processo: Processo Administrativo de Compras nº 113.474.

Objeto: Materiais de Laboratório Diagnóstico.

Empresas Vencedoras: Itens 01, 02, 03, 04, 06 10 e 12: Cancelados; Item 05: Kolplast CI Ltda; Itens 07 e 11: Pró-Análise Química e Diagnóstica Ltda; Item 08: Laborquim Ltda-ME; Itens 09 e 13: Especialista Prod. P/Lab. Ltda; Itens 14 e 15: Interlab Dist.Prod.Científicos S/A; Item 16: Centerlab Central de Laboratório Ltda

Licitação: Pregão Eletrônico nº 357/05.

Nº Processo: Processo Administrativo de Compras nº 113.763.

Objeto: Material Médico Hospitalar Diversos - Registro de Preços Empresas Vencedoras: Item 01: Linha Médica Equip. P/Medicina Ltda; Item 02: Exatech Ind.com. Ltda; Item 03: Sul Imagem Prod. P/Diagnósticos Ltda; Item 04: Cancelado

Licitação: Pregão Eletrônico nº 250/05.

Nº Processo: Processo Administrativo de Compras nº 113.571.

Objeto: Materiais Diversos de Laboratório e Diagnóstico - Registro de Preços Empresas Vencedoras: Itens 01, 03, 04, 06, 07 e 08: Cancelados; Item 02: Pró-Análise Química e Diagnóstica; Item 05: Especialista Prod. P/Laboratórios Ltda.

Licitação: Pregão Eletrônico nº 274/05.

Nº Processo: Processo Administrativo de Compras nº 113.613.

Objeto: Aquisição de Materiais Elétricos

Empresas Vencedoras: Item 01: Santa Rita Com. e Instalações Ltda; Item 02: Energy Saver do Brasil Ltda; Item 03: Cancelado; Item 04: Intral S/A Ind. Mat. Elétricos; Itens 05 e 11: Marcos Nunes Bono e Cia.Ltda; Itens 07, 09 e 12: Eletro Distr.Porto Alegrense Ltda; Itens 06, 08 e 10: Direta Distr. Ltda; Item 13: Cordeiro Fios e Cabos Elétricos Ltda;

Porto Alegre, 19 de dezembro de 2005.

VANDERLEI CARRARO,

Coordenador da Comissão de Licitações

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2005

Número do Contrato: 26/2003. Nº Processo: 23036003355200308. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS EPESQUISAS EDUCACIONAIS. CNPJ Contratado: 01127357000106. Contratado : SAS INSTITUTE BRASIL LTDA. Objeto: Alteração das Cláusula Primeira - Do Objeto, Sexta - Dos Preços, Créditos Orçamentários e do Reajuste e Nona - Da Vigência do Contrato nº 26/2003. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93 Vigência: 18/12/2005 a 17/12/2006. Valor Total: R\$1.002.560,00. Fonte: 112000000 - 2005NE900497 Fonte: 112000000 - 2005NE900498 Fonte: 112000000 - 2005NE900499. Data de Assinatura: 15/12/2005.

(SICON - 19/12/2005) 153978-26290-2005NE900012

DIRETORIA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Nº 2005/003027 Contratado: Stela Márcia Moreira Rosa; Contratante: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, no âmbito do Projeto BRA/ 97/019 - Programa de Tratamento e Disseminação de Informações Educacionais; Objeto Geral: desenvolver um projeto de recuperação da memória do Fórum Mundial de Educação e estruturação de publicação sobre o tema; Valor Total: máximo de R\$ 30.000,00; Vigência: 07/12/2005 a 06/09/2006; Data da Assinatura: 02/12/2005.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

EXTRATOS DE INSTRUMENTOS CONTRATUAIS

ESPÉCIE: Termo de Cessão de Direitos de Exibição nº 05/2005
CEDENTE: Secretaria de Educação a Distância - SEED/MEC - CNPJ/MF 00.394.445/0540-23.

CESSIONÁRIA: MULTIRIO - CNPJ/MF 74.114.471/0001-47.
OBJETO: Cessão gratuita de Direitos de Exibição da série "ARTE e MATEMÁTICA", que deverá compor a grade de programação da MultiRio, em transmissão local, nos canais Bandeirantes - Band Rio e canais 14 e12(TV AleRJ) do sistema NET a cabo.

VIGÊNCIA: 30/11/2006

DATA DE ASSINATURA: 30/11/2005

SIGNATÁRIOS: Ronaldo Mota, Secretário de Educação a Distância, CPF nº 132.650.085-68, pela Cedente; Regina Alcântara de Assis, Presidente, CPF nº 059.981.231-15, pela Cessionária.

ESPÉCIE: Termo de Cessão de Direitos de Exibição nº 06/2005
CEDENTE: Secretaria de Educação a Distância - SEED/MEC - CNPJ/MF 00.394.445/0540-23

CESSIONÁRIA: COEP - Comitê de Entidades no Combate à Fome Pela Vida por meio da - REDEMOBILIZA - Associação Nacional de Mobilização Social. - CNPJ/MF 05.941.028/0001-47

OBJETO: Cessão gratuita de Direitos de Exibição dos programas, educativos televisivos que deverão compor a grade de programação da COEP TV, como relata o processo nº 23000.016902/2005-86.

VIGÊNCIA: 30/05/2008.

DATA DE ASSINATURA: 30/11/2005

SIGNATÁRIOS: Ronaldo Mota, Secretário de Educação a Distância, CPF nº 132.650.085-68, pela Cedente; Leila Vogel dos Santos, Diretora Executiva, CPF nº 067.208.627-15, pela Cessionária.

EDITAL Nº 1, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2005 CHAMADA PÚBLICA PARA SELEÇÃO DE PÓLOS MUNICIPAIS DE APOIO PRESENCIAL E DE CURSOS SUPERIORES DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA PARA O "SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL - UAB"

O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, por intermédio de sua Secretaria de Educação a Distância, torna público e convoca, de acordo com o que se estabelece no presente Edital:

I) os Municípios, os Estados e o Distrito Federal, a apresentarem propostas de pólos municipais de apoio presencial para ensino superior a distância;

II) as instituições federais de ensino superior, a apresentarem propostas de cursos superiores na modalidade de educação a distância, a serem ofertados nos pólos municipais de apoio presencial.

1. DO OBJETIVO

1.1 O presente Edital tem por objetivo fomentar o "Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB", que será resultante da articulação e integração experimental de instituições de ensino superior, Municípios e Estados, nos termos do artigo 81 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, visando à democratização, expansão e interiorização da oferta de ensino superior público e gratuito no País, bem como ao desenvolvimento de projetos de pesquisa e de metodologias inovadoras de ensino, preferencialmente para a área de formação inicial e continuada de professores da educação básica.

2. DO OBJETO

2.1 O presente Edital tem por objeto selecionar, para integração e articulação ao "Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB", propostas de:

2.1.1 pólos municipais de apoio presencial; e
2.1.2 cursos superiores a distância de instituições federais de ensino superior a serem ofertados nos pólos municipais de apoio presencial.

3. DA TERMINOLOGIA

3.1 Para os fins deste Edital, entendem-se as seguintes expressões por:

3.1.1 Cedente: a Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação;

3.1.2 Comissão de Seleção: comissão de especialistas designada formalmente pela Cedente para realizar os procedimentos de seleção previstos neste Edital;

3.1.3 Comitê de Acompanhamento: comitê instituído por ato próprio da Cedente para acompanhar o andamento dos projetos selecionados e liberar os recursos;

3.1.4 Curso superior: compreende cursos sequenciais, graduação (inclusive os tecnológicos), especialização (lato sensu), aperfeiçoamento, mestrado, doutorado;

3.1.5 Educação a distância: modalidade educacional prevista no artigo 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei 9.394/96 - na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos;

3.1.6 Pólo Municipal de Apoio Presencial: estrutura para a execução descentralizada de algumas das funções didático-administrativas de curso, consórcio, rede ou sistema de educação a distância, geralmente organizada com o concurso de diversas instituições, bem como com o apoio dos governos municipais e estaduais;

3.1.7 Proponente: responsável pelo envio de proposta relativamente às PARTES A e B deste Edital;

3.1.8 Representante de Consórcio: instituição escolhida por seus pares, para essa função, observadas as condições da PARTE B deste Edital;

3.1.9 Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB: denominação representativa genérica para a rede nacional experimental voltada para pesquisa e novas metodologias de ensino para a educação superior (compreendendo formação inicial e continuada) que será formada pelo conjunto de instituições federais de ensino proponentes de cursos superiores a serem ofertados na modalidade de educação a distância e que sejam selecionadas nos termos da PARTE B deste Edital, em articulação e integração com o conjunto de pólos municipais de apoio presencial selecionadas nos termos da PARTE A deste Edital. É uma iniciativa do Ministério da Educação, com o intuito de criar as bases para uma universidade aberta e a distância no País, assim entendida como a articulação entre as instituições federais de ensino, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, bem como demais interessados e envolvidos, e que atuará preferencialmente na área de formação inicial e continuada de professores da educação básica;

3.1.10 Tutor a distância: orientador acadêmico com formação superior adequada que será responsável pelo atendimento dos estudantes via meios tecnológicos de comunicação (telefone, e-mail, teleconferência, etc.); e

3.1.11 Tutor presencial: orientador acadêmico com formação superior adequada que será responsável pelo atendimento dos estudantes nos pólos municipais de apoio presencial.

PORTE A

A. DOS PÓLOS MUNICIPAIS DE APOIO PRESENCIAL

A.1 DOS PROPONENTES

Poderão apresentar propostas de pólos municipais de apoio presencial:

a) Prefeituras Municipais, individualmente ou regionalmente organizadas;

b) Governos Estaduais; e

c) Governo do Distrito Federal.

A.2 DAS PROPOSTAS

A.2.1 A proposta de pólo municipal de apoio presencial, por parte dos Municípios, dos Estados ou do Distrito Federal, deverá ser estruturada, com, no mínimo:

a) Descrição da infra-estrutura física e logística de funcionamento: (laboratórios, bibliotecas, recursos tecnológicos e outros), bem como dos prazos para instalação e funcionamento do pólo;

b) Descrição de recursos humanos: necessários para o adequado funcionamento do pólo que incluirá tutores presenciais, equipe técnica e administrativa (para apoio e manutenção do pólo), e outros;

c) Demonstrativo de sustentabilidade financeira e orçamentária: a proposta deverá apresentar a dotação orçamentária e os recursos financeiros disponíveis para a manutenção do pólo, durante a realização dos cursos superiores;

d) Lista com cursos superiores: pretendidos para a localidade e que podem ser ofertados no pólo proposto, com respectivos quantitativos de vagas; e

e) Demais recursos necessários: a serem contratados, compatíveis com os cursos superiores pretendidos e respectivos quantitativos de vagas.

A.2.2 As propostas deverão ser apresentadas na forma do modelo previsto no Anexo I deste Edital.

A.2.3 Cada proponente poderá encaminhar mais de uma proposta de pólo municipal de apoio presencial, hipótese em que deverão ser apresentadas individualmente, em envelopes separados, conforme o disposto no item A.2.1, A.2.2 e diretrizes gerais deste Edital.

A.2.4 O Ministério da Educação não oferecerá qualquer apoio financeiro aos pólos municipais de apoio presencial, no que se refere ao item A.2.1, alíneas a), b), c), d) e e), sendo de responsabilidade integral dos respectivos proponentes.

A.3 DO PROCESSO DE ANÁLISE PARA SELEÇÃO

A.3.1 As propostas de pólos municipais de apoio presencial serão analisadas e selecionadas por Comissão de Seleção, a ser constituída pela Cedente especificamente para os fins deste Edital.

A.3.2 A análise será realizada conforme os seguintes critérios:

a) adequação e conformidade do projeto com os cursos superiores a serem oferecidos, considerando-se, especialmente para esse fim, sem prejuízo de critérios adicionais:

1) a carência de oferta de ensino superior público na região de abrangência do pólo;

2) a demanda local ou regional por ensino superior público, conforme o quantitativo de concluintes e egressos do ensino médio e da educação de jovens e adultos;

3) pertinência dos cursos demandados e capacidade de oferta por instituições federais de ensino;

b) infra-estrutura física das instalações do pólo (salas de aula, anfiteatros e salas de leitura, pesquisa e atendimento presencial aos alunos e outros);

c) biblioteca, contendo pelo menos o acervo bibliográfico mínimo, inclusive biblioteca virtual, para o curso que se pretende ofertar;

d) laboratório de informática com acesso à Internet, preferencialmente em banda larga, e recursos de multimídia, viabilizado por infra-estrutura de informática (servidores e sistemas de rede) adequada ao funcionamento do pólo;

e) laboratórios de Física, Química, Biologia e demais específicos para os cursos pretendidos, conforme o caso;

f) equipe de tutores presenciais a ser selecionada pelas instituições federais de ensino;

g) recursos para transporte intermunicipal e hospedagem, quando for o caso;

h) equipe técnica e administrativa de apoio; e

i) sustentabilidade financeira e orçamentária e capacidade técnica para a instalação do pólo.

A.3.3 Poderão ser solicitadas informações ou documentos adicionais para os devidos esclarecimentos, análise e encaminhamento da proposta.

A.3.4 Durante o processo de avaliação, a Comissão de Seleção poderá recomendar adequações na proposta e no cronograma previsto.

A.3.5 O Ministério da Educação poderá condicionar a aprovação da proposta de pólo municipal de apoio presencial à respectiva adequação às Diretrizes Gerais e às especificidades dos cursos superiores a serem oferecidos, nos termos apresentados neste Edital, em particular quanto às adequações necessárias para compatibilização com as propostas da PARTE B deste Edital.

A.3.6 Não caberá recurso da decisão da Comissão de Seleção.

A.4 DA FORMALIZAÇÃO DOS PÓLOS SELECIONADOS

A.4.1 Os pólos de apoio presencial selecionados na forma deste Edital serão incluídos no Sistema Universidade Aberta do Brasil, por meio de formalização de acordo de cooperação técnica a ser celebrado entre a Cedente e os proponentes selecionados.

PARTE B

B. DOS CURSOS SUPERIORES A DISTÂNCIA OFERTADOS POR INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR

B.1 DOS PROPONENTES

Poderão apresentar propostas de projetos de cursos superiores na modalidade de educação a distância, individual ou coletivamente organizados:

a) universidades federais, e

b) centros federais de educação tecnológica, credenciados para oferta de educação a distância.

B.1.1 Os proponentes organizados coletivamente por meio de consórcios devem atender aos seguintes requisitos:

B.1.1.1 constituir-se formalmente por intermédio de instrumento de consorciação que contenha, pelo menos:

a) identificação das instituições consorciadas e correspondente personalidade jurídica;

b) assinatura do dirigente máximo das instituições consorciadas ou da instituição representativa.

B.1.1.2 definir as responsabilidades do Representante do Consórcio:

B.1.1.3 definir, no instrumento de acordo de cooperação técnica, com a concedente, a instituição representante do consórcio, a qual exercerá a função de entidade executora, ficando as demais consorciadas no papel de intervenientes.

B.2 DAS PROPOSTAS

B.2.1 A proposta da instituição federal de ensino superior deverá ser estruturada com:

a) Descrição do curso que poderá ser ofertado: com a apresentação do projeto pedagógico (com todos os componentes curriculares, respectivos ementários e demais componentes pedagógicos do curso), bem como a indicação do quantitativo de vagas;

b) Cronograma de execução do curso proposto: prevendo todas as etapas de aprovação interna na instituição de ensino, bem como os prazos para sua implementação;

c) Descrição das necessidades específicas relativas ao pólo de apoio presencial: quanto à infra-estrutura física e logística (laboratórios, bibliotecas, recursos tecnológicos e outros);

d) Indicação do quantitativo de pólos e suas localizações, incluindo detalhamento das regiões e localidades preferenciais de abrangência;

e) Descrição dos recursos humanos: corpo docente específico para educação a distância (professor conteudista e coordenador), tutores presenciais e outros;

f) Detalhamento de orçamento estimado e cronograma de desembolso;

g) Descrição de outros recursos necessários: que poderão ser exigidos dos Municípios, dos Estados ou do Distrito Federal conveniados, conforme PARTE A, para cada um dos cursos, e para cada um dos pólos propostos; e

h) Apresentação de propostas de contrapartida: apresentar possibilidade de contrapartidas financeiras ou de recursos humanos.

B.2.2 As propostas deverão ser apresentadas na forma do modelo previsto no Anexo II deste Edital.

B.2.3 Os Proponentes poderão apresentar mais de uma proposta para cursos, hipótese em que cada proposta deverá ser apresentada individualmente, conforme o disposto nos itens B.2.1, B.2.2 e diretrizes gerais deste Edital.

B.3 DO PROCESSO DE ANÁLISE PARA SELEÇÃO

B.3.1 As propostas serão analisadas e selecionadas por uma Comissão de Seleção, a ser constituída pela Cedente, especificamente para os fins deste Edital.

B.3.2 A análise será realizada conforme os seguintes critérios:

a) consistência do projeto pedagógico e relevância do curso proposto;

b) competência e experiência acadêmica da equipe docente responsável;

c) coerência com a demanda na área geográfica de abrangência, consideradas as necessidades sociais e demandas para o desenvolvimento local;

d) atendimento da demanda do curso no pólo municipal de apoio presencial, nos termos da PARTE A deste Edital;

e) proposição de contrapartidas; e

f) adequação da proposta orçamentária.

B.3.3 O Ministério da Educação poderá condicionar a aprovação da proposta de projeto de curso superior à respectiva adequação às Diretrizes Gerais e às especificidades dos pólos municipais de apoio presencial nos quais os cursos serão oferecidos, nos termos apresentados neste Edital, em particular quanto às adequações necessárias para compatibilização com as propostas da PARTE A deste Edital.

B.3.4 Poderão ser solicitadas informações ou documentos adicionais para os devidos esclarecimentos, análise e encaminhamento da proposta.

B.3.5 Durante o processo de avaliação, a Comissão de Seleção poderá recomendar adequações das propostas de projetos, no orçamento estimado e nos cronogramas previstos.

B.3.6 Não caberá recurso da decisão da Comissão de Seleção.

B.4 DA FORMALIZAÇÃO DOS PROJETOS SELECIONADOS

B.4.1 O Ministério da Educação poderá apoiar financeiramente, mediante celebração de convênios específicos com as instituições federais de ensino superior, observando-se sempre a legislação aplicável e o interesse da Administração Pública, os projetos de cursos selecionados a serem ofertados nos pólos de apoio presencial.

B.4.2 Poderão ser apoiados financeiramente os cursos que já estejam em andamento ou criados especificamente para os fins deste Edital.

B.4.3 O Ministério da Educação não oferecerá apoio financeiro para despesas de infra-estrutura ou aquisição de equipamentos e demais despesas de capital.

B.4.4 Os projetos de cursos superiores na modalidade de educação a distância, selecionados na forma deste Edital, poderão ser formalizados em convênios celebrados entre a Cedente e os respectivos proponentes.

B.4.5 Os orçamentos previstos na proposta de projeto deverão discriminar as despesas por item de dispêndio.

B.4.6 O cronograma de desembolso deverá destinar, como última parcela, a ser paga por ocasião da validação dos projetos de cursos superiores na modalidade de educação a distância, no mínimo 40% (quarenta por cento) do valor total financiado pelo Ministério da Educação.

B.4.7 Os recursos para financiamento dos convênios estão consignados na dotação orçamentária da Cedente:

Programa 12.364.1073.6328.0001

Ptres 965696

Programa - 1073 - Universidade do Século XXI

Ação - 6328 - Universidade Aberta e a Distância

B.4.8 A Cedente acompanhará a execução dos projetos financiados e será responsável pela validação e pelo ateste dos mesmos.

4. DIRETRIZES GERAIS (PARA AS PARTES A E B)

4.1 As propostas de projetos serão entregues em papel e em meio eletrônico (disquete ou CD-ROM), em envelopes separados, e deverão ser assinadas pela autoridade máxima do Município, Estado ou Distrito Federal, no caso da PARTE A deste Edital, e pelo dirigente máximo da instituição de ensino superior, no caso da PARTE B deste Edital.

4.2 Cada envelope deverá ser identificado externamente por uma página de informação conforme modelos abaixo:

Para propostas relativas à PARTE A do Edital:

Ministério da Educação

Secretaria de Educação a Distância

Edital de Seleção Nº 01/2005

PARTE - A

<Nome do Proponente: Município, Estado ou DF>

<CNPJ do Proponente>

Para propostas relativas à PARTE B do Edital:

Ministério da Educação

Secretaria de Educação a Distância

Edital de Seleção Nº 01/2005

PARTE - B

<Tipo de curso: graduação, mestrado, tecnológico, etc.>

<Nome do Proponente: (ou consórcio)>

<CNPJ do Proponente>

4.3 A apresentação de propostas de projetos deverá obedecer ao seguinte cronograma:

fase	atividade	data de início	data final
1.	Recebimento de Propostas	21.12.2005	13.04.2006
2.	Análise das Propostas	17.04.2006	30.06.2006
3.	Divulgação dos Resultados	03.07.2006	07.07.2006
4.	Formalização dos convênios	10.07.2006	31.08.2006

4.4 No período de setembro de 2006 a fevereiro de 2007, estão previstas as atividades para adequação dos pólos, preparação dos tutores, produção do material didático e demais ajustes, com previsão de início dos cursos superiores para março de 2007.

4.5 O encaminhamento das propostas deverá ser feito sob a referência "EDITAL DE SELEÇÃO nº 01/2005 SEED/MEC" para o seguinte endereço:

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Secretaria de Educação a Distância - SEED

Departamento de Políticas em Educação a Distância

Comissão de Seleção - "Sistema UAB"

Esplanada dos Ministérios - Bloco L

Sobreloja - Gabinete

CEP 70.047-901 - Brasília/DF

4.6 Cada envelope deverá conter uma única proposta de projeto.

5. DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES:

5.1 Caberá à Cedente:

5.1.1 receber as propostas referentes às PARTES A e B deste Edital;

5.1.2 constituir a Comissão de Seleção de Projetos;

5.1.3 conduzir o processo de seleção dos projetos, conforme definido neste Edital;

5.1.4 liberar os recursos financeiros para crédito em conta corrente do Proponente, conforme determina a legislação pertinente;

5.1.5 prestar, quando necessário, assistência técnico-financeira durante a execução do projeto, diretamente ou por delegação;

5.1.6 constituir Comitê para acompanhar, avaliar, orientar, controlar e fiscalizar a execução do objeto dos acordos firmados;

5.1.7 exercer função gerencial fiscalizadora dentro do prazo regulamentar da execução/prestação de contas, ficando assegurado aos seus agentes o poder discricionário de reorientar ações e de acatar ou não justificativas quanto a eventuais disfunções havidas na sua execução;

5.1.8 analisar e emitir parecer sobre a prestação de contas referente à aplicação dos recursos alocados, sem prejuízo da realização de auditorias internas e externas; e

5.1.9 fornecer às instituições interessadas as orientações pertinentes ao projeto.

5.2 Caberá aos Proponentes apoiados:

5.2.1 utilizar os recursos financeiros aprovados para os cursos exclusivamente na execução das ações indicadas no projeto;

5.2.2 cumprir todas as normas de execução previstas no documento de formalização do apoio financeiro, inclusive em termos de relatórios e informes, registros contábeis e prestação de contas, em conformidade com os procedimentos legais;

5.2.3 disponibilizar ao Comitê de Acompanhamento e aos representantes da Cedente acesso a todas as informações pertinentes à gestão pedagógica, administrativa e financeira do curso, colaborando com o trabalho de acompanhamento e avaliação dos projetos; e

5.2.4 responsabilizar-se pela contratação de pessoal com vistas à execução das metas e atividades propostas, quando for o caso.



6. DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 Esclarecimentos e informações adicionais acerca deste Edital poderão ser solicitados pelo e-mail: uab@mec.gov.br ou pelos telefones (61) 2104 - 9661e 2104 - 9117.

6.2 O resultado final da seleção será divulgado na página Internet da Cedente (http://www.mec.gov.br/seed), por ofício aos Proponentes e por publicação no Diário Oficial da União.

6.3 Impugnação da Chamada Pública: as decisões proferidas pela Cedente são terminativas, não cabendo recurso administrativo.

6.4 Revogação ou Anulação da Chamada Pública: a qualquer tempo, a presente Chamada Pública poderá ser revogada ou anulada, no todo ou em parte, por motivo de interesse público ou exigência legal, sem que isso implique direito à indenização ou reclamação de qualquer natureza.

6.5 Os Proponentes sujeitar-se-ão às disposições da legislação pertinente no que diz respeito à execução de despesas com os recursos destinados ao projeto pelo instrumento de convênio.

6.6 Os Proponentes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas.

6.7 A Cedente reserva-se o direito de resolver os casos omissos e as situações não previstas nesta Chamada Pública.

6.8 Fica estabelecido o foro da cidade de Brasília, Distrito Federal, para dirimir questões oriundas da execução do presente Edital.

RONALDO MOTA
Secretário

ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA	
PÓLO MUNICIPAL DE APOIO PRESENCIAL	
PROponente:	UF:
Razão Social:	
CNPJ/ME:	
Endereço:	
Telefone:	Fax:
e-mail:	
DESCRIÇÃO DO PROJETO	
1	Denominação do pólo:
2	Endereço do pólo:
3	Descrição da infra-estrutura física e logística:
4	Descrição dos recursos humanos:
5	Demonstrativo de sustentabilidade financeira e orçamentária:
6	Listagem com cursos superiores pretendidos para o pólo proposto e quantitativos de vagas:
7	Outros recursos:
8	Outras informações relevantes:
9	Descrição do Projeto de Pólo - Características Técnicas: (informar as dimensões físicas e quantitativas das instalações, tais como biblioteca, laboratórios de informática, dos laboratórios específicos, conforme o caso)
EVENTUAIS ANEXOS:	

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA	
PROJETO DE CURSO SUPERIOR NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	
PROponente:	UF:
Razão Social:	
CNPJ/ME:	
Endereço:	
Telefone:	Fax:
e-mail:	
DESCRIÇÃO DO PROJETO	
1	Curso proposto:
2	Quantitativo de vagas:
3	Projeto pedagógico:
4	Cronograma de execução:

5	Descrição das necessidades para atendimento nos pólos:
6	Indicação do quantitativo de pólos e suas localizações:
7	Detalhamento do orçamento estimado:
8	Cronograma de desembolso:
9	Proposição de Contrapartida:
10	Outros recursos:
11	Outras informações relevantes:

EVENTUAIS ANEXOS:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO
AO CONVÊNIO Nº 160/2001

ESPÉCIE: Termo Aditivo nº 05/2005. PARTES: Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação e o Estado de Rondônia, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação de Rondônia. OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto alterar a Cláusula Terceira, referente à vigência, que passa a vigorar com a seguinte redação: A vigência desse convênio é de 58 (cinquenta e oito) meses, a contar da data de sua assinatura, sendo 56 (cinquenta e seis) meses para sua execução, conforme estabelecido no Plano de Trabalho e os últimos 2 (dois) meses para apresentação da prestação de contas final. PROCESSO Nº 23000.007960/2001-95. ASSINATURAS: FRANCISCO DAS CHAGAS FERNANDES pela Secretaria de Educação Básica e CÉSAR LICÓRIO, pela Secretaria de Estado da Educação de Rondônia.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA,
ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 40/2005

Nº Processo 23000.015195/2005-19. CNPJ Convenente: 00394445/0019-22
Convenente: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CNPJ Convenente: 04.593.380/0001-76
CONVENENTE: Centro dos Trabalhadores da Amazônia - CTA
Objeto: Apoiar PARCIALMENTE O Projeto de Intercâmbio de Experiências de Educação e Cultura do Campo da Região Norte, de acordo com o Plano de Trabalho aprovado.
Fundamento Legal: IN/STN 01/97. Vigência: 05/12/05 a 31/12/05. Valor Total: R\$ 23.810,00
Valor da Contrapartida: R\$ 2.200,00. Fonte: 0112000000 - 2005NE000150 - Data da Assinatura: 05/12/05.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

EXTRATOS DE CONVÊNIOS

ESPÉCIE: Convênio nº 165/2005.
CONVENENTES: A União, representada pelo Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Superior CONCEDENTE, CNPJ. n.º 00.394.445/0074-59 e a CONVENENTE, Universidade Estadual de Londrina, CNPJ. n.º 78.640.489/0001-53.
OBJETIVO: Apoio para implementação do projeto "Contribuição da Matemática na Educação de Jovens e Adultos" - PROEXT/2005-2006.
CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: Projeto: 12.122.1067.4083.0001- Gerenciamento das Políticas do Ensino Superior - Nacional.
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.30.18 - Auxílio Financeiro a Estudantes.
NOTA DE CRÉDITO/EMPENHO: nº 2005NE000247, de 17 de dezembro de 2005, no valor de R\$ R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais).
VIGÊNCIA: O presente Convênio vigorará a partir da data de sua assinatura, até 31 de julho de 2006.
DATA E ASSINATURA: Em 17 de dezembro de 2005 - Nelson Maculan Filho, Carteira de Identidade nº 001655352-1 - IFP-RJ, CPF nº 245.720.987-00, pela Secretaria de Educação Superior, e a Lygia Lumina Pupatto, Carteira de Identidade nº 2.162.453-5 - SSP/SP, CPF 834.806.418-49, pela Universidade Estadual de Londrina.
Processo de Concessão nº 23000.021610/2005-65.
ESPÉCIE: Convênio nº 194/2005.
CONVENENTES: A União, representada pelo Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Superior CONCEDENTE, CNPJ. n.º 00.394.445/0074-59 e a CONVENENTE, Universidade Estadual de Piauí, CNPJ. n.º 07.471.758/0001-57.
OBJETIVO: Apoio financeiro destinado a implementação do Projeto "CASA-VERDE - Emancipação Cultural e Cidadania" - PROEXT/2005-2006.
CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: Projeto: 12.122.1067.4083.0001- Gerenciamento das Políticas do Ensino Superior - Nacional.
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.30.41 - 18 - Auxílio Financeiro a Estudantes.
NOTA DE CRÉDITO/EMPENHO: nº 2005NE000230, de 17 de dezembro de 2005, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).
VIGÊNCIA: O presente Convênio vigorará a partir da data de sua assinatura, até 31 de agosto de 2006.

DATA E ASSINATURA: Em 17 de dezembro de 2005 - Nelson Maculan Filho, Carteira de Identidade nº 001655352-1 - IFP-RJ, CPF nº 245.720.987-00, pela Secretaria de Educação Superior, e a Reitora Valéria Madeira Martins Ribeiro, Carteira de Identidade nº 255.805 - SSP/PI, CPF nº 287.762.163-49, pela Universidade Estadual do Piauí.

Processo de Concessão nº 23000.021983/2005-36.
ESPÉCIE: Convênio nº 210/2005.

CONVENENTES: A União, representada pelo Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Superior CONCEDENTE, CNPJ. n.º 00.394.445/0074-59 e a CONVENENTE, Universidade Estadual de Londrina, CNPJ. n.º 78.640.489/0001-53.

OBJETIVO: Apoio para implementação do projeto "Consolidação da Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Sociais Sustentados - INTES - UEL" - PROEXT/2005-2006.

CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: Projeto: 12.122.1067.4083.0001- Gerenciamento das Políticas do Ensino Superior - Nacional.

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.30.18 - Auxílio Financeiro a Estudantes - 3.3.30.30 - Material de Consumo - 3.3.30.36 - Outros Serv. Terc. - P. Física.

NOTA DE CRÉDITO/EMPENHO: nº 2005NE000254, de 17 de dezembro de 2005, no valor de R\$9.000,00 (nove mil reais).

VIGÊNCIA: O presente Convênio vigorará a partir da data de sua assinatura, até 31 de julho de 2006.

DATA E ASSINATURA: Em 17 de dezembro de 2005 - Nelson Maculan Filho, Carteira de Identidade nº 001655352-1 - IFP-RJ, CPF nº 245.720.987-00, pela Secretaria de Educação Superior, e Lygia Lumina Pupatto, Carteira de Identidade nº 2.162.453-5 - SSP/SP, CPF 834.806.418-49, pela Universidade Estadual de Londrina.
Processo de Concessão nº 23000.022011/2005-69.

ESPÉCIE: Convênio nº 213/2005.

CONVENENTES: A União, representada pelo Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Superior CONCEDENTE, CNPJ. n.º 00.394.445/0074-59 e a CONVENENTE, Universidade Estadual de Londrina, CNPJ. n.º 78.640.489/0001-53.

OBJETIVO: Apoio para implementação do projeto "Escola e família de mãos dadas com o aluno: promovendo ações sócio-educativas no município de Primeiro de Maio, PR" - PROEXT/2005-2006.

CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: Projeto: 12.122.1067.4083.0001- Gerenciamento das Políticas do Ensino Superior - Nacional.

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.30.18 - Auxílio Financeiro a Estudantes, 3.3.30.30 - Material de Consumo, 3.3.30.36 - Outros Serv. Terc. - P. Física.

NOTA DE CRÉDITO/EMPENHO: nº 2005NE000257, de 17 de dezembro de 2005, no valor de R\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais).

VIGÊNCIA: O presente Convênio vigorará a partir da data de sua assinatura, até 31 de julho de 2006.

DATA E ASSINATURA: Em 17 de dezembro de 2005 - Nelson Maculan Filho, Carteira de Identidade nº 001655352-1 - IFP-RJ, CPF nº 245.720.987-00, pela Secretaria de Educação Superior, e a Lygia Lumina Pupatto, Carteira de Identidade nº 2.162.453-5 - SSP/SP, CPF 834.806.418-49, pela Universidade Estadual de Londrina.
Processo de Concessão nº 23000.022012/2005-11.

ESPÉCIE: Convênio nº 214/2005.

CONVENENTES: A União, representada pelo Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Superior CONCEDENTE, CNPJ. n.º 00.394.445/0074-59 e a CONVENENTE, Universidade Estadual de Feira de Santana, CNPJ. n.º 14.045.546/0001-73.

OBJETIVO: Apoio para implementação da "Proposta de Intervenção: Universidade - Comunidade no resgate da cidadania de grupos populacionais vulneráveis (crianças, adolescentes e idosos) - Sub I Violências contra crianças e adolescentes em Feira de Santana, Bahia. - Sub Projeto II Grupos de convivência: uma estratégia para inserção do idoso no município de Feira de Santana" - PROEXT/2005-2006.

CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: Projeto: 12.122.1067.4083.0001- Gerenciamento das Políticas do Ensino Superior - Nacional.

ELEMENTO DE DESPESA: - 3.3.30.36 - Outros Serv. Terc. - P. Física.

NOTA DE CRÉDITO/EMPENHO: nº 2005NE000260, de 17 de dezembro de 2005, no valor de R\$ 6.200,00 (seis mil e duzentos reais).

VIGÊNCIA: O presente Convênio vigorará a partir da data de sua assinatura, até 30 de junho de 2006.

DATA E ASSINATURA: Em 17 de dezembro de 2005 - Nelson Maculan Filho, Carteira de Identidade nº 001655352-1 - IFP-RJ, CPF nº 245.720.987-00, pela Secretaria de Educação Superior, e o Reitor José Onofre Gurjão Boa Vista da Cunha, Carteira de Identidade nº 100679390-3, CPF nº 005.464.615-49, pela Universidade Estadual de Feira de Santana.

Processo de Concessão nº 23000.022173/2005-05.
ESPÉCIE: Convênio nº 215/2005.

CONVENENTES: A União, representada pelo Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Superior CONCEDENTE, CNPJ. n.º 00.394.445/0074-59 e a CONVENENTE, Universidade Estadual de Feira de Santana, CNPJ. n.º 14.045.546/0001-73.

OBJETIVO: Apoio para implementação do projeto "Projeto de Iniciação Esportiva Para os Portadores de Deficiência" - PROEXT/2005-2006.

CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: Projeto: 12.122.1067.4083.0001- Gerenciamento das Políticas do Ensino Superior - Nacional.

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.30.30 - Material de Consumo 3.3.30.36 - Outros Serv. Terc. - P. Física.

NOTA DE CRÉDITO/EMPENHO: nº 2005NE000259, de 17 de dezembro de 2005, no valor de R\$ 2.433,00 (dois mil, quatrocentos e trinta e três reais).